

# Sumário

---

*Homenagem*, 11

*Um posfácio no lugar de prefácio*, 15

*A questão do ponto final* (Prefácio à 6ª edição), 27

*Da bobina à lauda em branco, a busca de circunstâncias* (Prefácio à 4ª edição), 29

*Apresentação* (José Marques de Melo), 37

*Lide*, 43

1. PARAR AS ROTATIVAS?, 49

Da utilidade das crises • a crise do consumo • a origem da carência do papel de imprensa • situação conjuntural ou permanente? • reavaliação de valores e preços • talento para um novo jornal

2. UM FUTURO SEM CHOQUES, 59

Os movimentos cíclicos e pendulares dos processos humanos • as novas tecnologias e a acomodação das velhas • o processo da comunicação movimenta-se como um todo • a viabilidade das utopias

3. EM BUSCA DO TEMPO CONTROLADO, 63  
Tempo e espaço como obstáculos ao homem • classificação dos veículos de acordo com as dimensões temporais e espaciais • a estrutura temporal dos veículos periódicos • os compromissos com a estabilidade
4. O LEITOR, PRINCÍPIO E FIM, 73  
Jornalista é leitor • leitor-padrão • os universos individuais • homem e massa • universo coletivo • universo dentro de uma redação • estrutura de uma equipe
5. COMUNICAR E ENGAJAR-SE, O SENTIDO DAS PALAVRAS, 79  
A busca etimológica • *communis* e *informatio* • o caráter social da comunicação • motivação • a entrevista • jornalismo *partisan* e engajamento • os assuntos proibidos • independência • a “linha” e o elemento-surpresa
6. COMPETIÇÃO E PERENIDADE, 85  
Televisão *versus* jornais • a complementação da veiculação • a retenção obtida por um veículo • princípio geral dos efeitos (Berelson) • os canais e as faculdades humanas • a comunicação e a necessidade • as três revoluções na comunicação • a TV e o renascimento do jornal diário • a aproximação com as revistas • coordenação de material • jornalismo de apoio (pesquisa) • seletividade • os efeitos da melhoria dos jornais nas revistas ilustradas • crise no mercado • as consequências no setor do livro
7. A CRISE DO PAPEL E O PAPEL DOS JORNAIS, 97  
Características do jornal diário • as tendências para a TV e o rádio • telejornalismo • rádio ambiental • sistemas fechados de TV • caminho para as revistas: a especialização • novos tipos de jornal • os três “Es” para o jornal diário
8. NOVO JORNALISMO OU JORNALISMO RENOVADO?, 107  
O noticiário do jornal a partir do telejornalismo • o jornalismo interpretativo e investigativo • a “nota oficial” e as acomodações • o depoimento pessoal • distorções do *lado humano* • jornalismo quantitativo e o “furo” • a transcendência do noticiário e os vazios usados para nova veiculação • os serviços • o questionamento para um novo jornal

9. A FOICE E O BURIL, 117

Compactação e renovação • novos padrões visuais • a mecânica do olho  
• novos formatos • novos módulos de coluna • corpo tipográfico • recursos gráficos • dupla leitura • a divisão em cadernos • a participação da leitora no primeiro caderno • a quantidade da impressão • cor

10. UM DILEMA QUE NÃO EXISTE, 125

A pendência imprensa *versus* empresa • o papel do jornalista-empresário para dirimir a questão • as pressões e a independência • a instituição • compromissos da imprensa como empresa privada • o caráter intelectual do produto impresso • a organização interna de um jornal eclético • o papel do editor-chefe • a revolta dos redatores na França • o jornalista como centro do processo da empresa jornalística • a burocracia e o “contabilismo”

11. PRECISA-SE: GENTE IGUAL COM DISPOSIÇÃO DIFERENTE, 135

O que é o jornalista • os componentes objetivos e subjetivos da profissão • responsabilidade • códigos de ética • a colaboração e o entrosamento com os demais setores

12. A ESTRUTURA DA COLMEIA, 143

As lições da etologia • a importância do zum-zum na colmeia de abelhas: o que é progresso (Schramm) • a febre da comunicação no Brasil • acertos e desacertos; matéria paga e louvação de feitos • despreocupação governamental com a infraestrutura das indústrias de comunicação • papel outra vez • o estrangulamento da distribuição • o papel pioneiro e sufocador da banca • o *feedback* da comunicação • a Cortina de Ferro furada: Soljenítsin • o boato e a informação • a censura • a fragilidade do sistema • números e estatísticas • a crise do papel e a função do jornal

ADENDOS, 155

*Temas para desenvolver*, 156

*O jornalismo na Era do Cruzado e a cruzada contra o diploma de jornalista (Apêndice à 5ª edição)*, 162

*Sobre a profissão de jornalista*, 173



# Homenagem

---

O fac-símile apresentado a seguir corresponde ao primeiro texto da primeira edição do primeiro periódico a circular no Brasil. Primeira reflexão sobre jornalismo composta em língua portuguesa, preito a uma função então inexistente e sequer batizada, profissão de fé num agente público que nos duzentos anos seguintes será gradualmente transformado no protagonista dos momentos mais importantes da história do país.

A Introdução à edição de junho de 1808 do *Correio Braziliense*, redigida por Hipólito da Costa, é uma peça rigorosamente contemporânea, a despeito do arcaísmo do fraseado. Inequívoca e profética, por isso revolucionária. Ao propor um *status* definido, inspirado nos paradigmas iluministas, àqueles que no futuro serão designados jornalistas, o patriarca da nossa imprensa oferece aos céticos e perplexos de hoje a solução para suas angústias e seu pessimismo no tocante ao futuro da imprensa.

A pedra fundamental do jornalismo brasileiro contém apenas 62 linhas, cerca de 620 palavras. Ao redigi-las o autor pressentia talvez a sua importância: estava em Londres, sabia que a corte portuguesa se refugiara no Brasil, tinha a certeza de que a breve apresentação da sua *folha pública* (ou *jornal político*, como também o designou) teria leitores privilegiados, capazes de perceber a revolução cultural e política iniciada naquele momento na colônia.

É um compromisso com a função social da imprensa (“O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela”) e, a um só tempo, a primeira tentativa de examinar criticamente a imprensa ao prometer que o mensário não será o “primeiro despertador da opinião pública nos fatos que excitam a curiosidade dos povos”. Pretendia estimular “as melhorias das ciências e das artes”, comprometido com a difusão do conhecimento (daí o subtítulo *Arma-zém Literário*).

Hipólito errou ao identificar como precursor da imprensa em Portugal o *Boletim* impresso por Craesbeck em 1649 (foi a *Gazeta*, de 1641), mas acertou ao prever que o vasto Império do Brasil (cuja independência só ocorreria dentro de catorze anos) seria capaz de rivalizar com as principais potências do mundo desde que não dispensasse “os socorros necessários a um estado independente”. Queria dizer que para prosperar o país não poderia resignar-se às trevas impostas pela censura clerical e inquisitorial, como vinha acontecendo há 308 anos.

Cumpriu a promessa de dedicar todas as suas forças ao projeto que iniciava: em outubro de 1822 comenta a independência do Brasil (que ocorrera em junho, posto que o episódio do Ipiranga inexistia para ele), em dezembro avisa que o *Correio* deixará de circular e nove meses depois, em setembro de 1823, morre em Londres aos 49 anos.

# CORREIO BRAZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

---

Na quarta parte nova os campos ara,  
E se mais mundo houvêra la chegára.

CAMOENS, C. VII. e. 14.

---

## *Introdução.*

**O** PRIMEIRO dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tñram das trevas, ou da illuzão, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepticia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do fucturo. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, represêntam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as soldidas conjecturas sobre o futuro.

Devem-se à Nação Portugueza as primeiras luzes destas obras, que excitam a curiosidade publica. Foi em Lisboa, na imprensa de Craesbeck, em 1649, que este Redactor traçou, com evidencia, debaixo do nome de Boletim os acontecimentos da guerra da aclamação de D. Joaó o Quarto. Neste folheto se vñam os factos, taes quaes a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valeo, ao depois, o Conde da Ericeira, para escrever a historia da aclamação com tanta censura, e acertada critica, como fez.

He de admirar que, sendo Nós os primeiros promotores dos jornaes publicos, na Europa, e sendo certo, que estas publicações excitáram tanto o enthusiasmo publico da Nação Portugeza nas guerras da aclamação, que varios officiaes de officios mechanicos se prestáram voluntariamente a ajudar a tropa nas differentes batalhas de linbas d'Elvas, Ameixial, e Montes Claros, recolhendo-se depois da victoria ao seio das suas familias, e ao seo lavor ordinario, até que uma nova occasião de defeza nacional pedisse outra vez o soccorro das suas armas, para a extermiação do inimigo commum. Sendo tambem Nós aquella Nação, que comprou a sua liberdade, e independencia com estes jornaes politicos, sereinos agora a unica, que se hade achar sem estes soccorros, necessarios a um estado independente o qual poderá algum dia rivalizar, pela sua situação local, em que a natureza poz o vasto Imperio do Brazil, ás primeiras Potencias do mundo?

Levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os factos politicos civis, e literarios da Europa, emprendi este projecto, o qual espero mereça a geral aceitação daquelles a quem o dedico.

Longe de imitar só, o primeiro despertador da opiniaõ publica nos factos, que excitaõ a curiosidade dos povos, quero, alem disso, traçar as melhorias das Sciencias, das artes, e n'uma palavra de tudo aquillo, que pode ser util á sociedade em geral. Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longinqua, e socegada, na lingua, que lhe he mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta Parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu unico desejo será de acertar na geral opiniaõ de todos, e para o que dedico a esta empreza todas as minhas forças, na persuasão de que o fructo do meu trabalho tocará a méta da esperança, a que me propus.

*Londres, 1 de Junho, de 1808.*

# Um posfácio no lugar de prefácio

---

A questão, hoje, banalizou-se. A equação jornal-papel tornou-se comezinha, é a mais citada nas sessões de endeusamento das novas tecnologias da informação e geralmente classificada como modelo de arcaísmo.

No final de 1973, as mesmas palavras, *jornal* e *papel*, remetiam à crise do petróleo deflagrada pela Guerra do Iom Quipur: o preço do barril pulou de US\$ 3 para US\$ 30, fez disparar o custo do transporte e obrigou jornais e revistas brasileiras a racionalizar o consumo do papel de imprensa (quase todo importado).

Papel mais escasso, caro, agravou a preocupação com o futuro do jornal impresso. O jornalismo de qualidade estava ameaçado pelos avanços do telejornalismo, sempre favorecido pela adoção de novas tecnologias (uso de satélites, transmissão em cores, equipamentos portáteis). Para sobreviver aos novos tempos e às novas pressões, tornou-se imperioso reforçar os atributos de um veículo informativo cuja história remontava às *Atas Diurnas (Actae Diurnae)* da Roma imperial.

Ao contrário do que viria a acontecer nas décadas seguintes, a mídia não se discutia, não se expunha, sequer mirava-se no espelho. Transparência era um conceito desconhecido, e a transparência aplicada ao negócio jornalístico, tabu. Ou quimera. O único veículo brasileiro em que seria possível desenvolver algo semelhante a um debate a respeito da crise do papel acabara de ser extinto. Os “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”, editados desde 1965, foram liquida-

dos no momento em que fui demitido “por indisciplina” do cargo de editor-chefe do *Jornal do Brasil*, que ocupei ao longo de quase doze anos<sup>1</sup>.

A edição de dezembro de 1973, pronta para ser rodada, foi desmanchada. Continha um artigo intitulado “A crise do papel e o papel dos jornais”, em que eu pretendia conclamar o empresariado jornalístico – inclusive o do *JB* – para resistir à tentação de podar drasticamente o número de páginas e manter os compromissos como um serviço público essencial.

Avanços substantivos nas tecnologias de impressão seriam insuficientes para garantir um salto qualitativo e o aumento de audiência ou do poder de influência da mídia impressa. Sua “vantagem competitiva” resumia-se a uma palavra: qualidade.

O caso Watergate o comprovava, mas enquanto se desenrolava e produzia aquela formidável sucessão de manchetes, poucos prestaram atenção no fato de que não se tratava apenas de derrubar um presidente amoral. A cruzada do *Washington Post* contra Richard Nixon reavivou o conceito “romântico” do jornalismo verdadeiramente investigativo, de rua, a serviço do cidadão. Watergate era, sobretudo, uma alternativa à mídia televisiva, então depositária da infinita capacidade americana para inovações tecnológicas.<sup>2</sup>

Não era uma quixotada, mas uma opção doutrinária e mercadológica: antes, em 1965, quando se anunciou o início das operações da TV Globo (então apoiada pelo grupo Time-Life), preparei um longo memorando interno, dirigido aos editores do *JB*, sugerindo a adoção de uma estratégia capaz de contrapor-se ao novo estágio do telejornalismo brasileiro, estágio este que a TV Tupi e os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand não conseguiram alcançar.

Com o apoio da direção da empresa, tentei mobilizar a redação para a produção de matérias analíticas, “redondas” e contextualizadas. Contratamos mais repórteres especiais com dedicação integral, reforçamos o orçamento do Departamento de Pesquisa, tornamos rotineiros os seus excelentes textos de apoio e

---

1. O período vai de 6 de janeiro de 1962 a 6 de dezembro de 1973, totalizando onze anos e onze meses.

2. O caso Watergate foi um escândalo político ocorrido na década de 1970 nos Estados Unidos, que culminou com a renúncia do então presidente Richard Nixon, eleito pelo Partido Republicano. Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do *Washington Post*, investigaram o assalto à sede do Comitê Nacional Democrata, no Complexo Watergate, em Washington, e conseguiram estabelecer as ligações entre a Casa Branca e o assalto ao edifício. Eles foram informados por uma pessoa conhecida apenas por “Garganta Profunda” (Deep Throat), que revelou que o presidente sabia das operações ilegais. A identidade desse informante só veio a público em 31 de maio de 2005: era o ex-vice-presidente do FBI W. Mark Felt. Bob Woodward e Carl Bernstein confirmaram o fato.

obtivemos da direção da empresa um substancial aumento no espaço dedicado ao noticiário – e não apenas no primeiro caderno, mas também no “Caderno B”, destinado a cultura e espetáculos. O investimento em papel e em qualidade foi altamente compensador: o jornal ganhou em audiência e influência justamente no momento em que surgia no espectro midiático um concorrente de peso.

A crise do petróleo-papel, no caso brasileiro, não se resumia à esfera econômica; seu contrapeso político era considerável: o regime militar, instalado havia quase uma década, montara um eficiente aparelho repressor com base na censura e, principalmente, na autocensura. Aos militares não interessava a criação de uma nova consciência profissional. Ao contrário, quanto piores fossem os jornais, mais adequados seriam, tornando-se menos confiáveis e mais descartáveis. Por isso, a resposta ao controle político da imprensa – além da resistência e da persistência – incluía o esmero profissional e um incansável aprimoramento da qualidade jornalística. Jornais melhores, iluministas, poderiam ser a melhor resposta ao obscurantismo.

Porém, com menos papel, como? Com orçamentos drasticamente reduzidos para compensar o aumento astronômico do preço do papel, como investir em qualidade editorial? Embora naquela época as empresas jornalísticas brasileiras não mantivessem nenhum vínculo ou comunicação entre elas, suas estratégias eram assemelhadas – comprar novas máquinas e construir imóveis suntuosos para abrigá-las. A qualidade do produto seria mera decorrência da modernização industrial.

Eu propunha aumentar o preço do exemplar para manter a qualidade, confiava na fidelidade do leitor qualificado, acreditava que anunciantes e agências de publicidade estariam dispostos a participar da qualificação da sociedade, processo do qual seriam os maiores beneficiários.

Descobri, naquele momento, que os empresários têm amor às suas empresas e não necessariamente aos produtos que manufaturam. Eventualmente fascinam-se com o poder de decidir questões tão relevantes, porém se cansam com extrema facilidade diante da complexidade da operação cotidiana. Apesar de ainda não formulada, a expressão “modelo de negócios” já era uma realidade: os *publishers* de jornais e revistas, com raríssimas exceções, não estavam interessados em articular um projeto de longo prazo.

Procuravam saídas imediatas. Não se importavam em endividar-se – o então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, era muito generoso em empréstimos em moeda estrangeira por meio da “Operação 63”. Para um governo autoritário, era conveniente ter os grandes jornais com pires na mão, pois seriam menos exigentes nas cobranças e pressões.

A “indisciplina” pela qual fui punido abrangia diferentes situações (parcialmente reveladas no livro de depoimentos *Eles mudaram a imprensa*<sup>3</sup>). Eu representava problemas em outra esfera: o grupo *JB* empenhava-se em ingressar na era televisiva graças às duas concessões de TV recebidas ainda no governo Médici, que deveriam ser preservadas a todo custo no mandato do sucessor, Ernesto Geisel, ainda não empossado. Preocupado em preservar a profissão, não me dei conta de que certas jogadas políticas do jornal haviam irritado o presidente eleito. Alguém deveria ser punido – eu incomodava mais.

O único jornal que ousou acompanhar a reviravolta no *JB* foi o *Tribuna da Imprensa*, em candentes comentários de Hélio Fernandes e Paulo Francis. O *Globo*, por determinação do seu então presidente, Roberto Marinho, publicou uma galante nota redigida por Evandro Carlos de Andrade para reparar o perverso laconismo do *JB* ao comunicar o meu afastamento.

Num passe de mágica, fecharam-se as portas do mercado de trabalho. Restou-me uma opção: continuar jornalista por outros meios. Escrever um livro, compartilhar com os estudantes, jovens ou veteranos profissionais, e mesmo com executivos de empresas jornalísticas, o saldo da esplêndida experiência vivida no *JB*. Era imperioso quebrar o gelo, iniciar um debate ou, pelo menos, oferecer uma argumentação capaz de impedir o haraquiri coletivo caso se consumasse a política de cortar papel e abdicar da qualidade.

Álvaro Pacheco<sup>4</sup>, poeta, ex-copidesque do *JB*, convertido em próspero editor de livros, embora ligado ao grupo que assumiu o comando do jornal, ofereceu-se para editar o livro – desde que fosse uma obra “técnica”, profissional, sem intenção ou entonação política.

Publicado em março de 1974 (três meses depois do meu afastamento do *JB*), foi reeditado dois meses depois.<sup>5</sup> Além do subtítulo da capa (*Tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise*), nove destaques na contracapa:

---

3. Obra organizada por Alzira Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha. São Paulo, Editora FGV, 2003.

4. O piauiense Álvaro Pacheco (1933) exerceu o jornalismo no Maranhão e no Rio de Janeiro. Poeta prolífico, editou sete livros em dez anos. No início da década de 1970, montou a Editora Artenova, que tinha entre os seus contratados nomes expressivos como Clarice Lispector (também demitida do *JB* no mesmo episódio da minha saída). Suplente do senador Hugo Napoleão, o editor Pacheco exerceu o mandato em duas ocasiões. Muito ligado a José Sarney, foi seu assessor especial quando este ocupou a presidência da República. No final da década de 1980, a Artenova foi transformada em empresa cinematográfica.

5. Na 1ª edição está consignada a data de publicação; na 2ª faltou o registro, mas foi certamente publicada antes de agosto de 1974, quando fui contratado pela Universidade de Colúmbia (Nova York) como professor visitante da sua escola de jornalismo.

- As rotativas não podem parar: a crise do papel de imprensa pode tornar nossos jornais e revistas cada vez melhores.
- Quem vai ganhar a disputa: jornal ou TV?
- Jornalismo renovado é melhor do que um novo jornalismo.
- Jornal apertado ou jornal de melhor qualidade?
- O dilema jornal contra empresa não existe.
- A revolta dos redatores da Europa.
- Um pequeno jornal pode ser um grande jornal.
- O que é um jornalista?
- As relações governo e imprensa: como foram e como podem ser.

Não escrevi o livro político que tanto preocupava o editor, mas ali estava um manifesto em defesa do jornalismo impresso e dos compromissos embutidos em sua longa história.

Dois anos depois, o livro renascia em outro formato: terminado o contrato como professor visitante da Universidade de Colúmbia (Nova York), fui convidado pelo grande Cláudio Abramo, em nome do *publisher* da *Folha de S.Paulo*, Octávio Frias de Oliveira, a assumir a chefia da sucursal no Rio de Janeiro, assinar uma coluna diária de comentários políticos e ajudá-los no desafio de fazer da *Folha* um jornal de opinião.

Abramo já aceitara meu oferecimento para escrever uma coluna semanal de *media criticism* (crítica à imprensa, que começou a florescer nos Estados Unidos em função do caso Watergate). Frias, mais prudente, tentou dissuadir-me (“você só vai arranjar inimigos”); insisti, ele concordou. Assim nasceu o “Jornal dos Jornais”, publicado aos domingos ao longo de dois anos (1975-1977) e substituído em 1980 pelo “Jornal da Cesta”, no *Pasquim*.

Depois da 3ª edição, considerei encerrada a vida de *O papel do jornal*. O professor José Marques de Melo convenceu-me, porém, a reeditá-lo. O pretexto surgiu em 1985, quando intensificou-se a cruzada patrocinada pelo empresariado para acabar com a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão.

O ensino do jornalismo nas universidades brasileiras era efetivamente precário, tanto que a Editora Abril encarregou-me de organizar o primeiro programa de aperfeiçoamento voltado para os recém-formados. Mas a intensa campanha promovida pelo empresariado escancarava uma orquestração suspeita. Não era correto que empresas de comunicação utilizassem em seu benefício os poderes conferidos pela Constituição contra os interesses dos jornalistas, teoricamente habilitados aos mesmos privilégios.

A fracassada greve dos jornalistas em 1979 desencadeou uma série de ações internas e externas (entre elas a criação da Associação Nacional dos Jornais, ANJ) destinadas a depurar as redações do espírito pré-1964. Os profissionais mais velhos foram gradualmente dispensados; estimulou-se a juvenilização das redações enquanto badalavam-se novos paradigmas de modernidade personificados no *USA Today*, depauperada combinação de TV em cores com jornalismo raso.

As *démarches* para discutir o projeto da nova Carta Magna acenderam a luz verde para a ofensiva contra o diploma. Com o artificioso pretexto da desregulamentação integral da atividade jornalística e a justificativa de prepará-la para a plena redemocratização, entregaram-se todos à tarefa de liquidar com o inimigo número um da liberdade de expressão: o diploma. A liberdade de expressão fora pisoteada ao longo de 21 anos consecutivos sem que tivesse sido esboçada nenhuma resposta coletiva.

Onze anos antes, na crise do petróleo, pretendeu-se podar os jornais em vez de energizá-los para enfrentar os ilimitados recursos pirotécnicos da TV. Em 1985, antes mesmo da escolha da Assembleia Constituinte, armava-se um rolo compressor para convencer a sociedade de que jornalismo não era uma profissão, mas um emprego, e a imprensa, apenas um negócio.

A 4ª edição de *O papel do jornal* (1986) foi apresentada como releitura e acrescida de uma apresentação de Marques de Melo, novo prefácio, rodapés atualizadores e um apêndice sobre a questão do diploma. A 5ª edição (1988) nada alterou.

Diante da inevitabilidade da 6ª edição (1996) e do lapso de 22 anos transcorrido desde o seu lançamento, sugeri ao editor Raul Wassermann que interrompesse a publicação. A veloz alteração das circunstâncias tanto tecnológicas como sociais e políticas exigiam um novo livro; este parecia datado. A resposta do engenheiro-editor foi curta: “Quem decide o fim de um livro não é o autor nem o editor, é o leitor. Enquanto houver gente interessada em comprar uma obra, é nossa obrigação mantê-la no catálogo”.

A resposta serviu-me de mote para um novo prefácio a respeito da relatividade do ponto final. Na condição de biógrafo, já concluía que nenhuma biografia é definitiva, todas são obras em construção, sempre inacabadas. No caso deste livro, como num sítio arqueológico, as diferentes camadas atualizadoras, superpostas, funcionariam como a tomografia de um processo histórico.

Esta 9ª edição impõe uma versão revisada, ampliada e consolidada. Os 35 anos de vida deste texto ganham certa relevância porque a eles somaram-se alguns dramáticos desfechos do processo do qual foi testemunha involuntária.

A decisão do Supremo Tribunal Federal de extinguir a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo e a surpreendente constatação de que não se trata de uma profissão específica e regulamentável interrompeu o debate na esfera judicial, mas não o encerra. Ao contrário, só o exacerba diante das injustiças e da flagrante leviandade contidas no relatório aprovado pela maioria dos ministros.<sup>6</sup>

O primeiro registro a respeito de uma profissão semelhante ao jornalismo foi consignado há cerca de dois mil anos no Senado romano e designava como *diurnalii* (diaristas, jornaleiros) os redatores das *Actae Diurnae* – primeiro veículo noticioso regular de que se tem notícia.<sup>7</sup> Em 1690, o médico-teólogo alemão Tobias Paucer teve aprovada na Universidade de Leipzig sua tese de doutoramento, *De relationibus novellis*, sobre os relatos jornalísticos; na realidade, o primeiro esboço para uma teoria do jornalismo.<sup>8</sup>

Em junho de 1808, Hipólito da Costa, o patriarca da imprensa brasileira, no texto inicial da 1ª edição do seu *Correio Braziliense*, menciona os *redactores das folhas públicas* como cidadãos que exercem destacadas tarefas na sociedade.

Nada disso foi levado em consideração: o Ministério Público Federal e o Sindicato das Empresas de Rádio e TV do Estado de São Paulo, que iniciaram a ação para a derrubada do diploma, assim como o presidente da Suprema Corte, ministro Gilmar Mendes, autor do relatório final, não estavam interessados na história da profissão: queriam apenas eliminá-la. Pior foi o desempenho dos meios de comunicação – patrocinadores efetivos da ação que liquidou o diploma –, aceitando a infeliz combinação de injustiça e ligeireza.

O silêncio dos senhores da reverberação começou um ano antes, em 2008, quando as entidades que congregam as empresas de mídia resolveram tacitamente omitir e boicotar as comemorações relativas aos duzentos anos da fundação de nossa imprensa. Pendência antiga: já ocorrera cem anos antes, na véspera do primeiro centenário, quando muitos jornais e jornalistas recusaram-se a homenagear o maçom Hipólito da Costa, inimigo declarado da Inquisição e, portanto, da Santa Madre Igreja.

---

6. O julgamento, realizado no dia 17 de junho de 2009 terminou com uma votação de 8 a 1 a favor do fim da obrigatoriedade do diploma específico para o exercício do jornalismo. O voto discordante foi do ministro Marco Aurélio Mello. Estavam ausentes os ministros Joaquim Barbosa e Carlos Alberto Direito, falecido poucos meses depois. O relator do processo foi o ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, que opinou pelo fim da obrigatoriedade do diploma e ironicamente comparou a profissão de jornalista à de chefe de cozinha.

7. Jorge Pedro Sousa, “Uma breve história do jornalismo no Ocidente”. In: *Jornalismo: história, teoria e metodologia*. Porto: UFP, 2008, p. 34-44.

8. Caio Túlio Costa, *Ética, jornalismo e nova mídia, uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 41-2.

Em apenas um ano – de junho de 2008 a junho de 2009 –, com a ajuda de uma conspiração e de manipulação judicial, acabou-se com uma profissão e com sua história. Um déspota não o faria com tanta eficiência.

A essas arbitrariedades soma-se uma enorme irresponsabilidade que, embora alienígena, foi aqui intensamente utilizada: o anúncio do fim da Era Gutenberg.

O avassalador crescimento das novas tecnologias não poderia ser previsto em 1974 (1ª edição), nem em 1986 (4ª edição). Mas as apocalípticas previsões e as levianas apostas no fim iminente do jornalismo impresso constituem um fato novo que nos remete à inconsequência e ao descaso com que alguns empresários e executivos aceitaram, no início dos anos 1970, o enxugamento dos jornais e do jornalismo acionado pela crise do petróleo.

Ultimamente, toda a carga persuasiva do jornalismo tem sido colocada a serviço de um postulado niilista-derrotista segundo o qual a era do papel chega ao fim. Além disso, oferece-se a certeza de que a internet (e seus subprodutos, inclusive a telefonia celular) será o novo veículo de um jornalismo contínuo, não periódico, fragmentado e ambiental. Para dourar a pílula, oferecem muita participação e interatividade total.

O futuro não é novidade, sempre fascinou e excitou a imaginação, mas desta vez a mídia fabricou uma paranoia futurista com hora marcada para consumir-se. Serviu-se da velha fascinação pelos modismos, da delirante busca de novos comportamentos, da promiscuidade com consultorias especializadas na venda de crises. E, sobretudo, aproveitou-se do desaparecimento, nas redações, das cabeças grisalhas aptas a enxergar a diferença entre evolução e drásticas substituições. As cassetas do apocalipse deveriam rever o clássico *Tempos modernos*, de Charlie Chaplin, produzido nove anos depois da introdução do cinema sonoro, mas praticamente mudo. Foi a forma encontrada pelo sublime mímico para protestar contra o “invencionismo” desenfreado, a novidade pela novidade a serviço da regressão. Quando José Saramago afirmou que o Twitter era o derradeiro passo antes do grunhido, na realidade repetia Chaplin e tentava acordar os leitores inteligentes para o perigo do futurismo alucinado e desabrido. Convém lembrar que o poeta italiano Filippo Marinetti criou a poesia futurista para libertar a Itália do peso do passado – foi um dos precursores da modernidade do fascismo.

Condenado à morte, agônico, o jornalismo impresso perdeu o resto de convicção que sobrara do seu namoro com o entretenimento e as mundanidades.

Se os jornais já anunciam o seu próximo óbito – raciocinam caudilhos e censores –, nada impede que sejam sangrados quando incomodam. A censura da imprensa deixou de ser o recurso dos regimes de exceção. Tornou-se regra.

Quanto mais esconderem sua vocação republicana e mais apostarem na condição de indústria, mais vulneráveis ficarão os outrora imbatíveis jornais e seus venerandos ideais libertários. Com um agravante: foram agentes das diferentes bolhas e clientes do mesmo cassino que geraram a crise financeira global.

O *crash* de 2008, entre outras razões, foi motivado pelo desligamento dos alarmes. Mercados soltos, desregulamentados e desvairados, assistidos por uma imprensa desnorteada e desvirtuada, preocupada com a própria sobrevivência e entretida com a sua crise de identidade, produziram uma catástrofe sem precedentes.

Ao assumir a sua vulnerabilidade e a morte iminente, o jornalismo impresso – a imprensa – apresenta-se diante da sociedade moderna como uma entidade obsoleta, frágil. Portanto, inconfiável. Antes, funcionava como referência, balizamento, matriz de certezas. Agora, tateia à procura de um obscuro “modelo de negócios” e, em função dele, sujeita-se a incríveis travestismos.

A idéia central de *O papel do jornal*, em suas sucessivas versões, sempre se apoiou na coexistência e na coabitação de tecnologias, funções, espécies e naturezas. A busca do conhecimento sobrepunha-se às eventuais colisões. Em 1973, nem o uso da cor nem as transmissões por satélite conseguiram induzir as redes de TV a acreditar na possibilidade de destituir o jornal impresso da sua função referencial, elementar. Os diferentes formatos (“frios” ou “quentes”, na classificação de Marshall McLuhan) complementavam-se naturalmente na aldeia global.

A ideia de que o sistema deveria ser desestruturado para dar lugar a uma tecnologia a um só tempo hegemônica e dissipadora não partiu de informadores ou produtores de conteúdo jornalístico, mas dos vendedores de um produto chamado caos. Pretendiam ciclos tecnológicos mais curtos em relação aos mais de quatro séculos de vida do jornal impresso ou aos mais de cem anos de cinema. Queriam obsolescências imediatas, reposições sucessivas de equipamentos e procedimentos. Rupturas e bolhas sempre foram um bom negócio.

A promessa de que a informação em tempo real produziria maior interatividade e participação ainda não se materializou. O saldo, por enquanto, confina-se ao âmbito da agitação. A internet, como ferramenta, é imbatível, mas dificilmente conseguirá oferecer ao leitor uma plataforma noticiosa organizada e um conjunto de narrativas como o oferecido pelos impressos. O fluxo – na verdade, o jorro – da internet é intenso e contínuo, esta a sua grande vantagem. É também a sua intrínseca desvantagem: impossível manter o mesmo padrão de contextualização de tantas informações ao longo de uma jornada. E, sem contextualização, desorganizado e fragmentado, o conhecimento pouco vale.

O ser humano sabe preservar suas conquistas, não abre mão dos avanços anteriores. Como todo organismo multicelular, tem memória, sabe conservar e

trocar informações, escolher as melhores rotinas para garantir a sua sobrevivência. Sem memória, teria de refazer continuamente o seu sistema de vida. A dinâmica evolucionista não prevê a eliminação de todos os processos, produtos e espécies menos aptos. Todos têm a sua utilidade e se encaixam num grande desenho.

Os imensos dinossauros desapareceram, porém espécies afins desenvolveram asas e sobreviveram como pássaros. Apesar da sua velocidade, aviões jamais desbancarão os trens de alta velocidade, que em certas circunstâncias oferecem soluções mais rápidas.

Essa grande orquestração tem escapado aos apocalípticos e catastrofistas. Com um pouco menos de vanguardismo e um pouco mais de apego à história, teriam evitado tanto estresse e desgaste.

Gutenberg não inventou o livro nem a impressão. Apenas inventou o tipo móvel, capaz de ser reutilizado continuamente. O livro, tal como o conhecemos hoje, foi inventado pelo veneziano Aldo Manúcio<sup>9</sup>, que jamais manifestou nenhum tipo de obsessão pelo “modelo de negócio”. Pretendia acrescentar ao livro impresso dois elementos que considerava inovadores: a portabilidade e a renovação do conteúdo, convertendo-o no prolongamento de uma academia.

Ao desenvolverem o cinematógrafo, os irmãos Lumière estavam mais preocupados com o aprimoramento de suas produções. O “modelo de negócio” veio depois.

A crise do petróleo-papel de 1973 não foi prevista: resultou de uma guerra no Oriente Médio. A crise do jornalismo impresso foi anunciada ao longo de quase duas décadas. Voluntária e voluntarista, foi adotada a partir da proclamação do “fim da história”, quando a derrubada do Muro de Berlim calou os céticos. Sem ceticismo tudo desanda, mas em primeiro lugar desanda a imprensa, usina das dúvidas, multiplicadora dos questionamentos.

A fragilização de jornais e semanários começou quando a imprensa – instituição necessariamente plural e diversificada – acomodou-se à unanimidade e à unissonância. Desfibrada, deixou-se fascinar e suplantado pela internet. Só começou a reagir quando a varinha mágica da virtualidade mostrou sua insuficiência como promotora de receitas e lucros. Quando os produtores de conteúdo da internet noticiaram o fim da gratuidade e do acesso universal, deu-se o milagre: a mídia impressa de repente anunciou sua cura. O problema não era

---

9. Aldus Manutius (1450-1515) pretendia resgatar as obras fundamentais da cultura grega que corriam o risco de desaparecer imprimindo-as em edições esmeradas e formatos, digamos, “amigáveis”. Na sua tipografia Aldine, imprimiu 33 obras usando uma fonte que ficou conhecida como itálico, inspirada na caligrafia de Petrarca. Seu modelo de negócios era claro: editar as melhores obras pelos melhores preços.

dos jornais, mas da mídia digital. Na pressa, os médicos não perceberam quem era o doente.

Mais convicção no jornalismo e mais brios na profissão de jornalista tornarão nítido o papel do jornal como o grande promotor de aproximações e convergências.

.....

Coerente com a opção adotada nas versões anteriores, esta edição de *O papel do jornal* pretende ser um registro dos registros. Flagrante de uma evolução. Para que fosse rigorosamente atualizada deveria ser totalmente refeita, e nesse caso perderia a sua condição de retrospectiva.

Cortes foram insignificantes, relativos a situações ou circunstâncias não essenciais, totalmente superadas. Foram mantidas e ampliadas as referências dos rodapés e acrescentados ao texto original os comentários e projeções indispensáveis a uma leitura contemporânea, sempre identificados com colchetes. A intenção é recuperar uma história, percorrer a linha do tempo, não para atender a nostalgias, mas para recuperar uma evolução.

Foi mantido até mesmo o anexo sugerido pelo primeiro editor, Álvaro Pacheco, intitulado “Temas para desenvolver”, com vinhetas e epigramas que deveriam atrair a atenção dos estudantes de então. Esse anexo funciona como uma máquina do tempo, amena recomposição do cotidiano das redações dos anos 1970 e, em alguns casos, lembrete quanto à persistência de costumes.

Para atender às exigências do relato jornalístico foi acrescentado um adendo com textos publicados recentemente, engrenados para evitar repetições. Este volume na verdade começa nos “Cadernos de Jornalismo” do *Jornal do Brasil* e chega ao “Observatório da Imprensa” – seu herdeiro direto –, onde estão referidos os lamentáveis desfechos de algumas situações com as quais as próximas gerações de profissionais deverão conviver.

Esse adendo tem a desagradável missão de lembrar que, apesar da ditadura e dos Anos de Chumbo, a mensagem que emana da 1ª edição é mais otimista do que a desta edição comemorativa tirada em pleno regime democrático.

A indispensável injeção de alento está no texto de Hipólito da Costa, o não patriarca dessa nossa não profissão, publicado há 201 anos como introdução ao volume I do *Correio Braziliense*.

*Alberto Dines*

São Paulo, 7 de setembro de 2009



# A questão do ponto final

.....

(PREFÁCIO À 6ª EDIÇÃO)

Prefácios, em geral, são presságios e augúrios. Votos de longa vida à obra que começa. Este, ao contrário, é uma reflexão sobre o percurso bibliográfico de *O papel do jornal*. Talvez uma inflexão.

Escrito no verão de 1974, logo após a minha saída do *Jornal do Brasil*, como um balanço daquela esplêndida experiência de quase doze anos e dos vinte de profissão, o trabalho representou também uma resposta àqueles que imaginavam ter decretado o fim do meu currículo.

Na realidade, *O papel do jornal* foi uma continuação dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, que vinham sendo editados regularmente desde 1965. Sua origem está num artigo para aquela que seria a sua derradeira edição (“A crise do papel e o papel dos jornais”), cuja impressão foi cancelada.

O livro sobre jornalismo deixou uma razoável prole na imprensa. Dele descendem o “Jornal dos Jornais” (*Folha de S.Paulo*, 1975-77), o “Jornal da Cesta” (*Pasquim*, 1980-1982), o “Pasca Tasca” (*Pasquim* – São Paulo, 1986) e, posteriormente, o “Circo da Notícia” (*Imprensa*, 1994-95).

A redemocratização do país (acompanhada pela discussão sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão), bem como a insistência de mestres e alunos em manter *O papel do jornal* (em 3ª edição) nas escolas de jornalismo demandaram uma atualização, digamos, jornalística: um segundo clichê,

reedição ou releitura com base nas novas circunstâncias, com comentários ao texto original (em notas de pé de página) e adendos mais substanciosos no prefácio e, sobretudo, no posfácio – este dedicado inteiramente à questão do diploma, convertido em inimigo público número um pelas entidades patronais.

Em Brasília, agosto de 1994, *O papel do jornal* batizou um seminário histórico: o primeiro evento realizado conjuntamente pelos profissionais de imprensa e empresários (por iniciativa da Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, e da Associação Nacional dos Jornais, ANJ), o que levou à constatação de que o título ganhara vida própria e *status* de domínio público.

A crise do petróleo e do papel de 1973 repetia-se agora em outro contexto – o súbito aumento dos preços internacionais em mais de 30%, enquanto nas economias desenvolvidas os grandes cartéis da mídia popular inventavam a guerra dos preços para liquidar a imprensa de qualidade.

Vinte anos depois, volta-se a discutir o papel da mídia impressa diante de novos desafios e emergências. No âmbito brasileiro, a herança da década perdida na esfera econômica, de certa maneira, também se fez presente no plano do amadurecimento profissional, não obstante triunfos pontuais (o *impeachment* de Collor de Mello e algumas façanhas de teor exclusivamente mercadológico).

A crise de identidade da mídia internacional diante dos desafios da tecnologia, da globalização e do perigoso convívio com o entretenimento foi exportada para o Brasil, onde a concentração, combinada à descapitalização da empresa jornalística, articulou um novo cenário e nova pauta para a discussão da missão da imprensa.

*O papel do jornal* condena-se a ser um livro inacabado ou, se quisermos, em permanente estado de elaboração. Ao batucar o texto original naquela Olivetti semiportátil, novinha em folha, eu jamais poderia imaginar que exatos 22 anos depois, num Pentium, estaria acrescentando novas porções.

Ao longo dos anos, o artesão usou diferentes ferramentas, mas o ponto final que imaginava ser de seu arbítrio escapou-lhe. Obedece à mecânica e a caprichos próprios – será colocado onde e quando os fatos e narrativa o desejarem.

*Alberto Dines*

São Paulo, março de 1996

# Da bobina à lauda em branco, a busca de circunstâncias

.....  
(PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO)

Papel, papéis: o problema não era onde colocar a informação, dada a carência de matéria-prima para imprimir, mas *o que* colocar na folha em branco, desafiando censura e autocensura.

Hoje, rotativas rodam plenas, tiragens generosas, repressão e inibições desatadas, mas a lauda continua a espreitar, desconfiada do que as teclas despejam sobre ela.

Doze anos depois, esta a diferença. Ou semelhança. De todos os papéis com que lidamos, a folha em branco continua sendo o grande desafio do jornalismo<sup>1</sup>.

Livros têm histórias, algumas mais interessantes do que os próprios – caso deste, talvez, em que o contexto sobrepõe-se ao texto. O momento em que foi escrito, 1974, quando se iniciou a pressão para a abertura; o estágio de excelência técnica em que se encontrava o jornalismo diário praticado por uma geração formada nos anos anteriores ao golpe de 1964; o fato de ter sido uma das primeiras tentativas de somar experiência com reflexão resistindo à tentação de fazer ciência; e o aproveitamento que, por isso mesmo, teve nas universidades são alguns dos elementos que validaram este trabalho. Principalmente, a carga

.....  
1. Ouvi a expressão “uma revista começa com a página de leiaute em branco” pela primeira vez de Thomaz Souto Corrêa, mestre revisteiro.

crítica nele contida e que dele se irradiou com relação a uma instituição até então olímpicamente infensa às dissecações e aos escrutínios.

Deste trabalho sobressai, no entanto, um elemento intrínseco, textual, expresso logo na primeira linha da introdução, coincidentemente intitulada “Lide”, e que, hoje, mais de uma década depois, percebo ser sua essência e comprovação: “Jornalismo é a busca de circunstâncias”.

Este livro é, em si, o desenvolvimento do axioma, desdobramento da premissa introdutória. Pode-se perfeitamente adicionar o título à proposição inicial compondo, em sentença única, seu resumo ou sumo: “O papel do jornal(ismo) é a busca de circunstâncias”. Sejam essas circunstâncias as clássicas, sugeridas por Rudyard Kipling – fatores de identificação imediata –, sejam elas as mais elaboradas, como referências, comparações, remissões, inferências e motivações. Sem investigar e expor circunstâncias não se exercita o jornalismo.

Então, dirá algum exegeta de esquina, sendo “circunstancial” o jornalismo está condenado, liminarmente, à condição de efêmero e superficial?

Depende do significado que se atribui à palavra *circunstância*. Do velho *Morais* ao novo *Aurélio*, todos os dicionários atribuem à palavra significações muito claras e determinantes: situação, estado, condição de tempo e lugar, particularidade, atributo, causa, motivo. Do substantivo derivam dois adjetivos: *circunstancial* (que alguns podem entender como superficial, mas não é) e *circunstanciado*, algo minuciosamente exposto em todos os detalhes. Circunstância não é o oposto de substância; ao contrário, completam-se. A substância ou essência é o que há de permanente nas coisas que mudam, sua natureza. Essa substância fica evidente, visível e detectável por intermédio de circunstâncias que a qualificam. O jornalismo é a técnica de investigar, arrumar, referenciar, distinguir circunstâncias. Nas outras ciências afins e, por meio de veículos apropriados, trabalham-se as substâncias.

Quando se buscam circunstâncias irrelevantes e impertinentes temos, de fato, um jornalismo superficial. Quanto menos profunda for a investigação das circunstâncias, quanto menos cruciais forem as situações e condições apuradas relativas ao evento, mais perecível será esse jornalismo.

Uma reportagem sobre moda pode conter circunstâncias mais pertinentes e permanentes do que um desses textos “transcendentais”, estufados de rótulos e citações hoje abundantes em nossa imprensa diária: o jovem jornalista contemporâneo, impregnado de leituras (o que não é ruim), mas virgem de vivências (o que é péssimo) – como se informação pudesse substituir experiência, para usar a tese de Susan Sontag –, imagina que, ao etiquetar desbragadamente, coloca no seu texto a circunstância definitiva. Ao contrário, é o recurso mais pobre

porque impede, de saída, o processo de elaboração de conclusões do leitor. Se a seleção das circunstâncias for apropriada, se a relação entre elas for consequente, se o seu encadeamento for lógico, se a sua exposição for inequívoca, estaremos diante de excelente jornalismo, mesmo que trate de *fait divers*, serviços ou variedades.

Aliás, o culto da *circunstância circunstanciada*, isto é, o mergulho vertical em busca dos pequenos elementos que compõem a realidade, foi a tônica da escola de historiadores agrupada, desde 1922, em torno dos *Annales*, na França, que trocou a aflição determinista e factualista pelo ato de debruçar-se sobre situações cotidianas e insignificantes, mas tão minuciosamente devassadas que tornam-se lapidares sobre a época e as próprias forças da história.<sup>2</sup> Jornalismo e historiografia são primos – quando se pratica um deles com proficiência, chega-se, inevitavelmente, ao outro.

Publicadas três edições deste livro no intervalo de ano e meio, imaginava eu que, uma vez ultrapassada a crise do papel de imprensa que se seguira ao choque do petróleo, estaria superada a motivação central – e não o raciocínio – do livro e sua razão de ser. Eis que, depois das três edições, quando a crise econômica e a recessão que marcaram o fim do regime militar ameaçavam esmagar novamente nossa recém-adquirida desenvoltura, fui literalmente *obrigado* a relê-lo. (Que autor, por mais bem-sucedido – o que não é o caso – gosta de flagelar-se com uma releitura de sua obra?) Percebi que as circunstâncias levantadas e expostas em 1974 ajustavam-se perfeitamente ao cenário de 1984.<sup>3</sup>

Se antes o pretexto fora a escassez da matéria-prima essencial, na crise seguinte passamos a carecer de recursos para financiar a operação jornalística, com as audiências contando centavos e as receitas despencando dramaticamente. Nas duas ocasiões, a mesma reação, tanto de profissionais em postos de comando como de empresários: cortar a qualidade editorial para baixar custos, tentar prestidigitagens para glamorizar, pasteurizar ou até emascular a densidade dos veículos e suas mensagens. Em ambos os casos, a mesma síndrome: medo de servir plenamente à sociedade e, com isso, valorizar o desempenho da imprensa. Nos dois momentos, as mesmas circunstâncias e falta de convicção no papel do jornal e da imprensa em geral. Resultado: publicações menos convincentes, afirmativas e candentes, mais epidérmicas e complacentes.

Em fevereiro de 1986, nova conjunção de situações sugeria que este *Papel do jornal* estava certo no seu propósito doutrinário quando a imprensa, como um

---

2. Um dos expoentes do grupo de historiadores foi o professor Fernand Braudel, ex-docente da Universidade de São Paulo nos primeiros anos de sua existência.

3. Artigo publicado em *Crítica da Informação*, ago.-set. 1983 – “Midas e os dinossauros”.

todo, reagiu com seus melhores instintos na intermediação entre governo e governados para a aplicação das reformas econômicas e sociais que culminaram com a adoção do cruzado.

Estabeleceram-se, a partir daquele momento, um vínculo e um contrato entre a mídia e a sociedade, portanto, entre os meios e o fim, que não poderão ser desconsiderados no futuro. Doravante, a opinião pública passa a esperar dos veículos o mesmo nível e a mesma qualidade de atuação em seu benefício e na defesa dos seus interesses. Os verdadeiros “fiscais do Sarney” são jornais, rádios, televisões e revistas – e não apenas como divulgadores burocráticos, em corpo 4, de comunicados e tabelas de preços, mas como agentes ativos e independentes de uma sociedade que quer saber, se emancipa e já não se satisfaz com bodes expiatórios.

No processo de revalorização dos valores que se seguiu à reforma monetária, cada veículo passa a valer pelo seu desempenho específico. O preço de capa é irrelevante se considerada a competência com que cumpre seu papel – aqueles que o perceberem destinam-se ao sucesso; os que tergiversarem ou continuarem como se fossem ungidos pelo destino condenam-se à inutilidade e ao fracasso. O papel do jornal é ser necessário. Sua missão é perceber oportunidades para tornar-se imprescindível. Veículos que não se vinculam a uma premência da natureza humana são descartáveis. A instituição jornalística, na realidade, não existe. As entidades que pretendem representá-la são ficções. A imprensa consiste na soma dos desempenhos dos veículos de informação.

Curiosamente, nos três casos, a imprensa foi salva por fatores exógenos, alheios a ela. A política de distensão preconizada pelo general Golbery e praticada pelo presidente Geisel<sup>4</sup> foi aproveitada espetacularmente pela *Folha de S. Paulo*, a partir de julho de 1975, num audacioso golpe de *marketing* político-editorial de seus proprietários, instrumentado pelo talento e experiência de Cláudio Abramo, que alterou o comportamento da imprensa como um todo. Já em 1984, a própria sociedade brasileira, capitaneada por Ulysses Guimarães na memorável campanha das Diretas Já, movimento que pedia a volta das eleições para presidente da República, foi o vetor que desvencilhou a imprensa do marasmo e da tibieza em que se encontrava. Liderada novamente pela *Folha*, a

---

4. Golbery do Couto e Silva (1911-1987) foi ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República entre 1974 e 1981, durante todo o governo do presidente Ernesto Geisel (1908-1996) e no início do governo de João Figueiredo (1918-1999). Golbery pediu demissão do cargo após o fracassado atentado do Riocentro, em 30 de abril de 1981, que provocou a morte do sargento Guilherme Pereira do Rosário e feriu gravemente o capitão Wilson Dias Machado. O episódio é considerado hoje um marco da decadência do regime militar brasileiro.

imprensa foi, aos poucos, desenredando-se do convívio com o poder (do qual o ministro Delfim Netto foi o grande artífice e aproveitador), colocando-se a serviço dos interesses dos seus leitores e por eles regidamente recompensada com aumentos substanciais de circulação e prestígio. A campanha das Diretas Já acabou legitimando até o sistema de televisão, quando as redes capitularam à vontade popular reagindo às imposições do poder concedente, até então inquestionáveis. Esse contrato entre a nação e sua veiculação, impressa ou eletrônica, foi o responsável pela vitória de Tancredo Neves contra Paulo Maluf num sistema eleitoral até então dócil às maquinações palacianas.

Em 1986, o governo, com seu pacote de reformas, criou as oportunidades que a maioria dos veículos não soube discernir, a partir da morte do presidente Tancredo Neves e da posse do seu sucessor, incapaz de estabelecer diferenças – uma das suas tarefas precípua – entre o autoritarismo e a transição democrática.

Este *Papel do jornal*, quando publicado, buscava as circunstâncias para descrever o jornalismo dos anos 1970, tempo de censura, conformismo, mas também com heroicos focos de consciência e resistência. Se essas circunstâncias foram bem apuradas, este livro, agora desenterrado pela Summus e pelo mestre José Marques de Melo, pode converter-se em advertência para o jornalismo que se pratica nestes primeiros anos de Nova República. Não é outra sua intenção. Se consegui dar uma ideia do padrão técnico e conceitual do jornalismo daquela época e de seus dilemas na hora da verdade, certamente os leitores de hoje – em transe não menos importante – terão um espelho para mirar-se ou fazer correções de rota. Absolutamente necessárias, já que a pretendida democracia medir-se-á, obrigatoriamente, pelo padrão de comportamento de nossos veículos de comunicação.

Ainda que controlado por um estado autoritário, o jornalismo dos anos 1960-70 apresentava, de modo geral, mais consistência e qualidade técnica do que este que se pratica hoje com tanto estardalhaço e tão pouca humildade. A diferença decorre do esgarçamento dos padrões de qualidade, dos níveis de exigência e da origem do novo arbítrio: antes, os controles vinham de cima, autoridades civis e militares ou donos das empresas a elas associadas, enquanto hoje a distorção e a manipulação muitas vezes têm origem corporativa, embrulhadas em ideologias ou, simplesmente, conveniências pessoais. Por razões etárias e acionárias, o velho dono de jornal está cada vez mais longe da operação, o pulso enérgico e o faro, outrora tão presentes, encontram-se distribuídos entre herdeiros, nem sempre vocacionados. Nessa brecha, há o perigo de exercer-se o arbítrio corporativo sem que se atente para os interesses mais amplos da sociedade. Não é aqui, num preâmbulo, o lugar para examinar a questão e pro-

por caminhos que evitem os clamorosos erros do passado, mas vale fazer o registro e advertência.

Por essa razão, pode ser tomada como alarme aquela sentença dos parágrafos finais (p. 153): “Uma nação de grandes jornais é uma grande nação”. Não se trata de frase de efeito para funcionar como *grand finale*, mas de simples constatação: o jornal é, ao mesmo tempo, espelho e miragem da sua audiência, caricatura e ideal de seus leitores. Se em 1964-1968-1974 nossos grandes jornais tivessem se pautado por suas virtudes e missões intrínsecas, e não por interesses imediatistas, teríamos, seguramente, desfecho diferente do processo político. Pelo menos, abreviado. Impor respeito é o atributo fundamental dessa profissão, seja quando se faz jornalismo de serviço, esportivo ou político. Sem credibilidade não há comunicação, e, sem ela, desaparecem impulsos e inovação.

O fator decisivo a convencer-me da necessidade de reeditar este livrinho foi a cruzada, artificial e viciada, comandada pela *Folha*, em torno da proposta de eliminar da nova Carta Magna a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício do jornalismo.

Embora seja formado em coisa alguma, muito menos em jornalismo, desde 1963 – com apenas onze anos de experiência profissional – senti a necessidade de associar-me a uma escola (no caso, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ) para sistematizar e organizar minha experiência. Esse tipo de associação, ininterrupta até 1974 e intermitente desde então, nunca deixou de apresentar grandes vantagens para mim e, imagino, para os meus alunos, porque é na sala de aula, no exercício da teoria e na avaliação da prática, que o profissional pode enxergar mais longe. A reflexão não precisa necessariamente ser convertida em pomposas doutrinas, mas pode converter-se em conceitos e, sobretudo, ideais.

Não existe melhor lugar para usinar a prática com a teoria do que a universidade. Quem aprende gramática escreve com correção, quem pensa bem escreve bem, mas existem técnicas jornalísticas e filosofias do jornalismo que precisam ser trabalhadas conjuntamente, longe da correria dos “fechamentos”, das injunções e precariedades do dia a dia. A sala de aula, conveniente e necessariamente equipada – tanto em termos materiais como humanos – é insubstituível para fundir ética com técnica, ideal com real, de modo a impedir que algumas vestais, quando lhes dá na veneta, atribuam-se o papel autoritário do pontificar sobre o que é certo ou errado.

A campanha contra o ensino de jornalismo, a pretexto de proteger a imprensa do abominável licenciamento, na verdade, inspira-se em aberração autoritá-

ria ainda maior – a crença de que o jornalismo é apenas “vocação”, sem compromissos maiores com a sociedade, missão para alguns *iluminados* escolhidos por outros coleguinhas *iluminados* que galgaram o poder ou o receberam de mão beijada.

Tudo começou onde deveria acabar: o douto colégio encarregado de rascunhar um projeto de Constituição para um país livre e moderno, em vez de discutir questões básicas e essenciais – como se espera de uma miniconstituinte –, colocou na sua ordem do dia um aspecto parcial e menor do problema da liberdade de informação, esquecendo ameaças, perigos e entraves maiores. De repente, todas as mazelas do jornalismo brasileiro concentraram-se nas escolas de jornalismo, como se não nos afligissem outros problemas e deficiências. A técnica simplista e burra do bode expiatório – que o bom jornalista aprende a evitar e abominar desde cedo – foi ressuscitada pelos nomes mais ilustres da nossa imprensa numa cruzada que, em alguns momentos, lembrava a campanha dos “liberais” contra o *Última Hora* em 1952-53. Tudo em nome da “liberdade de expressão” que poucos deles tiveram a coragem de defender em letra de forma quando realmente estava ameaçada.

Dedico, pois, aos envolvidos no ensino de jornalismo – professores e alunos – esta nova edição, na esperança de que a escola transforme-se na grande forja na qual talento combine-se com consciência, engenho com missão e diligência com responsabilidade social.

Aos “revisteiros” e jornalistas eletrônicos, uma explicação: como este livro foi originalmente escrito depois de quase duas décadas de experiência em jornalismo diário, usei inconscientemente a palavra “jornal” onde deveria ter escrito *imprensa*. Particularizei o que o leitor facilmente generalizará. Todas as atividades jornalísticas são regidas pelos mesmos padrões. Jornalismo de jornal, jornalismo de revista ou jornalismo eletrônico, embora com periodicidades, ritmos e formatos diferentes, são basicamente idênticos – atitudes e compromissos, iguais.

O texto que se segue é igual ao da 2ª edição (a Editora Artenova, metamorfoseada às carreiras em empresa de cinema, desfez-se de seus estoques e acionistas, não possui exemplar algum da 3ª edição). Alterações foram feitas em caso de erros tipográficos ou quando a comichão da síntese e da clareza empurrou o lápis contra palavras excessivas. Resisti à tentação de reescrever a obra porque, neste caso, estaria fugindo ao compromisso de ater-me às circunstâncias de então. Mas, para fazer uma ponte com as novas, acrescentei comentários e informações em notas de pé de página, tentando, em dois níveis de leitura, o desfile comparativo de reflexões sobre épocas distintas.

Este não é o livro sobre jornalismo que eu gostaria de escrever hoje – temática ou estilisticamente –, mas não o escondo. Exibo-o com uma ponta de orgulho porque percebo nele um dos elos do processo que começou nos *Cadernos de Jornalismo* do JB, passou pelo “Jornal dos Jornais” da *Folha*, pelo “Jornal da Cesta” do *Pasquim* e, hoje reconheço, resulta no “estado de graça” em que me encontro com relação a minha profissão.

A quantidade de papel disponível para a impressão é irrelevante. A bobina de papel-jornal deve ser suficiente para imprimir no mínimo um exemplar. Não são os estoques que importam, mas aquela solitária folha em branco aguardando na máquina a informação correta, necessária, descompromissada e estimulante.

Alguns anos depois de publicado *O papel do jornal*, deparei com Ortega y Gasset e seu lapidar conceito: “Eu sou eu e minha circunstância”<sup>5</sup>. Entendi e entendi-me: somos muitos e um só, nada é conclusivo, definitivo. Tudo é novo, inacabado e, sobretudo, apto a ser aperfeiçoado. No jornalismo, como na vida, tudo gira em torno de um núcleo de coerências, o resto é a devotada busca de circunstâncias.

*Alberto Dines*  
São Paulo, maio de 1986

---

5. *Meditaciones del Quijote*. Madri: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 1914.

# Apresentação

.....

JOSÉ MARQUES DE MELO\*

Há livros que nascem clássicos. Esse é o caso de *O papel do jornal*.

Ele ocupa lugar privilegiado na bibliografia brasileira de jornalismo.

Anteriormente, havíamos identificado<sup>1</sup> três clássicos nacionais nessa área do conhecimento: *O problema da imprensa*, de Barbosa Lima Sobrinho (1923); *Iniciação à filosofia do jornalismo*, de Luiz Beltrão (1960); e *Espírito do jornalismo*, de Danton Jobim (1960).

A essas obras fora de série acrescentamos o ensaio que Alberto Dines escreveu no calor dos acontecimentos marcantes da fisionomia da imprensa nos idos de 1970.

Por isso, recomendamos à Summus Editorial a sua reedição nesta conjuntura da vida brasileira, como uma contribuição aos que enfrentam os desafios de construir a democracia que a Nova República está possibilitando.

Tal iniciativa passa pela transformação do nosso jornalismo, estigmatizado pela rudeza e pelas manhas do regime autoritário.

.....

\* José Marques de Melo é chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

1. Essa identificação ocorreu durante as pesquisas realizadas para minha tese de doutoramento em jornalismo, em 1972, na Universidade de São Paulo. Ela está registrada no livro *Sociologia da imprensa brasileira* (Petrópolis: Vozes, 1973, p. 16).

A lição resgatada por Alberto Dines pode ser útil aos jornalistas e aos cidadãos comprometidos com o debate sobre o funcionamento da imprensa numa sociedade democrática e com a criação de novos sistemas para o registro e a análise do cotidiano.

Singular pela sua proposta – a de um depoimento crítico sobre o jornal num período de mutações políticas e econômicas –, este livro foi intensamente lido e discutido nas escolas de comunicação e nas empresas jornalísticas. Tanto assim que foi reeditado duas vezes, um ano após o seu lançamento, fato inédito na indústria editorial brasileira.

E continua até hoje a constituir referência indispensável para as novas gerações de jornalistas formados pelas universidades, não obstante figure como raridade bibliográfica. Esgotadas as três primeiras edições, seus exemplares desapareceram das livrarias, restando o xerox como recurso possível para permitir a sua leitura, já que os professores dos cursos de jornalismo o incluem na bibliografia básica dos seus alunos.

Por que esse interesse, dez anos depois do seu aparecimento, por um livro que o próprio autor caracterizava como circunstancial?

No nosso entender, isso se deve à sua natureza científico-jornalística, pois o circunstancial deixa de ser efêmero e provisório para se converter em análise contextualizada, superando a conjuntura que o motivou.

Ao escrevê-lo, o jornalista captou os dados fundamentais do momento histórico – a crise da imprensa no bojo da crise econômica internacional (escassez de papel, escassez de petróleo) e da crise política nacional (esgotamento do regime militar instaurado em 1964). Mas não se limitou a isso. Interpretou sistematicamente as variáveis da conjuntura e as articulou com as tendências observadas no movimento da imprensa brasileira para identificar traços capazes de explicar sua trajetória recente e as projeções perceptíveis. Realizou, assim, um trabalho de cientista do jornalismo.

Essa peculiaridade fez de *O papel do jornal* uma obra clássica no seu nascedouro. Livro de circunstância que não sucumbiu ao emaranhado dos acontecimentos e conseguiu transpor o umbral da factualidade jornalística, apreendendo a essência dos processos sociais para trabalhá-los analiticamente, dimensioná-los criticamente.

Tornou-se, portanto, um ensaio de atualidade contínua. Por mais que as tinturas do cotidiano vigente nos anos 1970 tenham esmaecido, a nitidez do panorama pouco se alterou. Continuam válidas as observações feitas sobre a imprensa naquele momento, se consideradas à luz das ocorrências políticas que modificaram a fisionomia da vida nacional.

No lide que faz as vezes de prefácio à 1ª edição, Alberto Dines explica que a origem do livro foi um artigo escrito para os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* sobre a crise dos jornais brasileiros como consequência da crise vivida então pela indústria multinacional do papel de jornal. O inverno prolongado nos países do Norte e outros fatores periféricos acarretavam a redução da oferta de papel no mercado internacional, tornando vulnerável a situação dos países que dependiam da importação daquela matéria-prima.

O artigo não chegou a ser publicado, pois o seu autor, também editor-chefe do *Jornal do Brasil*, acabava de ser demitido do cargo que ocupara durante mais de dez anos naquela empresa. Dines aprofundou as reflexões ali contidas e as reuniu em livro, oferecendo-as à consideração da comunidade jornalística do país.

Na entrevista concedida ao *Pasquim* em 1977<sup>2</sup>, ele explica de forma mais abrangente a significação do seu desligamento do *JB*, por pressão do governo militar, permitindo entender a circunstância que o levou a escrever este livro.

Aparentemente, foi uma espécie de prestação de contas da sua atuação jornalística, marcada por sucessos. Ao sair da direção de um dos mais importantes jornais diários do país, onde fizera uma reforma exemplar e formara uma equipe da melhor qualidade profissional, tornava-se oportuna a divulgação de um como que manifesto público da sua competência jornalística e da sua coragem política. Ninguém duvidava disso, é claro. Mas num momento em que o silêncio era regra geral, o seu gesto se impunha.

Ao concretizá-lo, fez um metajornalismo que obteve a repercussão esperada, mas não provocou as alterações desejadas. O seu diagnóstico da crise do jornal provocada pela crise do papel desdobrava-se no projeto alternativo de um jornal para uma sociedade em transição. Quixotesicamente, ele tentou resuscitar o *Correio da Manhã*, pondo em prática a sua proposta de um novo jornal. Mas as circunstâncias não eram favoráveis.<sup>3</sup>

Agora que o Brasil começa a mudar, trilhando um caminho que prioriza o mercado interno e recupera a capacidade de consumo dos cidadãos, a ideia acalentada por Alberto Dines pode deixar de ser utopia e se tornar realidade.

---

2. Entrevistado por Zivaldo, Ivan Lessa, Iza Freaza e Jaguar, Alberto Dines revela, de forma descontraída, suas experiências jornalísticas e suas motivações político-culturais. *Pasquim*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 420, 21 jul. 1977, p. 6-15.

3. Em comentário escrito na época do lançamento do livro, tivemos a oportunidade de aludir à natureza utópica da sua proposta fundamental. Veja José Marques de Melo. *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 74-8.

Daí a oportunidade da reedição deste livro, colocando as novas gerações de jornalistas profissionais e empresários do jornalismo em contato com reflexões que permanecem atuais e podem conduzir a iniciativas transformadoras.

Nesse sentido, a lição de Alberto Dines adquire dimensão essencialmente científica. Revendo uma conjuntura que profissional e emocionalmente lhe foi marcante, ele conseguiu recompor objetivamente o panorama, vislumbrando as saídas possíveis, com base na observação das experiências internacionais no campo da indústria da comunicação de massa.

Este livro significou, por isso mesmo, a culminância da sua jornada acadêmica. É que Alberto Dines exerceu concomitantemente o jornalismo profissional e o ensino do jornalismo. A primeira atividade é bastante conhecida e valorizada. A segunda, nem sempre.

Durante mais de dez anos, Dines foi professor da PUC do Rio de Janeiro. E ali construiu uma ponte entre a universidade e a profissão. Sua responsabilidade docente certamente exigiu uma sistematização das suas experiências editoriais e estimulou o contato com as fontes do conhecimento novo sobre o seu campo de trabalho.

Resultado: ao enfrentar o desafio do seu afastamento profissional do principal projeto que realizou – a reforma do *Jornal do Brasil* e a sedimentação do seu prestígio nacional –, ele se valeu do instrumental acadêmico para responder com um documento que, sem deixar de ser jornalístico, apresenta nítida vocação científica.

Na verdade, Alberto Dines vinha exercitando essa vocação desde o lançamento dos *Cadernos de Jornalismo* do JB, posteriormente ampliados para *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*. Seus artigos e ensaios ali reproduzidos demonstravam a inquietação intelectual de um fazedor de notícias que ultrapassava o registro pitoresco da sua atividade (como ainda acontece com tantos jornalistas afamados) para teorizar sobre a sua prática cotidiana e retirar lições capazes de guiar os novos talentos.

Não é sem razão que este livro surge inicialmente como reflexão para os *Cadernos* e se configura como ensaio autônomo depois dos acontecimentos que inviabilizam sua publicação original.

A legitimação do trabalho de Alberto Dines como cientista do jornalismo confirma-se, logo após o lançamento deste livro, quando a Columbia University o recebe como professor visitante na sua Escola de Pós-graduação em Jornalismo durante o ano acadêmico compreendido entre 1974 e 1975. E prossegue, no

seu retorno, ao se tornar pioneiro da *media criticism* em nosso país<sup>4</sup>, com a coluna dominical “Jornal dos Jornais”, publicada na *Folha de S.Paulo*.

Aliás, Alberto Dines está a dever aos seus leitores uma edição seletiva dos comentários feitos naquela coluna (e também na sua página crítica do *Pasquim*). São observações e percepções do nosso cotidiano jornalístico cuja riqueza circunstancial as torna fragmentos indispensáveis à compreensão dos fenômenos que ocorreram naqueles tempos de autoritarismo e voltam a se reproduzir, com outras roupagens, nesta encruzilhada de reaprendizado democrático.

Ao apresentar esta 4ª edição de *O papel do jornal*, tenho a consciência de servir às comunidades acadêmica e profissional do jornalismo, beneficiárias potenciais dos ensinamentos aqui reunidos. Mas não poderia fugir à oportunidade de homenagear também o autor, sem dúvida alguma uma das maiores expressões do nosso jornalismo, a quem Alceu Amoroso Lima, com a sua autoridade de historiador e crítico da nossa cultura, atribuiu o título de “Príncipe dos Jornalistas Brasileiros”.

São Paulo, 30 de dezembro de 1985

---

4. Sua postura em relação à *media criticism* está bem explicitada no ensaio “Media criticism: um espaço mal-dito”, publicado na coletânea organizada por Carlos Eduardo Lins da Silva, *Comunicação, hegemonia e contrainformação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982, p. 147-54.